

Santa Flôr

SANTA CASA DA
MISERICÓRDIA DE



**RELATÓRIO E CONTAS
DA GERÊNCIA 2016**



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convocatória

Em obediência ao disposto no artigo 22º, alínea b) n.º 2, dos Estatutos, convoco o Irmão para uma reunião ordinária da Assembleia Geral, no dia 30 de Março de 2017, às 19:30 horas, no **LAR NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS**, no **LARGO DO ROSSIO, 11**, com a seguinte ordem de trabalhos:

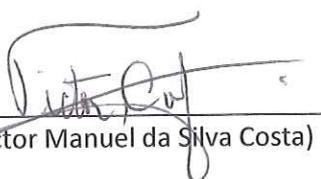
- 1.º Apresentação do Relatório e Contas da Gerência de 2016;
- 2.º Semana Santa;
- 3.º Outros assuntos julgados de interesse pela Assembleia.

Se à hora marcada não estiverem a maioria dos Irmãos, a reunião iniciar-se-á às 20 horas com os Irmãos presentes.

Se algum Irmão desejar consultar qualquer documento para além dos enviados, deve dirigir-se à Secretaria dentro das horas de expediente.

Vila Flor, 14 de Março de 2017.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL,


(Victor Manuel da Silva Costa)



CORPOS GERENTES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR PARA O QUADRIÉNIO 2017 A 2020

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Victor Manuel Silva Costa
Alexandre José Evaristo Trigo
Paulo José Gomes Monteiro Praça

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor: Quintino Augusto Pimentel Gonçalves
Vice - Provedor: José Joaquim Fernandes Pinto Figueiredo
Secretário: Rogério de Jesus Sanches Fernandes
Tesoureiro: António Júlio Martins Lapa
Vogal: Victor Manuel Cortinhas Sil

Suplentes: Joaquim João Gouveia Magalhães
Antero Luís Costa Teixeira
Octávio António Moura
Ramiro Samuel Cordeiro Roças
António Duarte Pinhel

CONSELHO FISCAL

Presidente: Paulo José Arantes Conceição
Pedro José Sampaio de Barros
António Manuel Carvalho Guilheiros

Suplentes: Tito Lívio Teixeira Almeida
Teresa da Assunção Carvalho Silva Sousa
José António Félix Mesquita

// Relatório de Gestão | 2016 – Introdução



A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete à Assembleia Geral o Relatório da Gestão referente ao exercício de 2016.

Este Relatório é a expressão do real desempenho desta Instituição no cumprimento dos seus objetivos e reflete, de forma geral, as atividades desenvolvidas.

O Ano de 2016, foi um ano com uma política orçamental restritiva, por parte do Estado, que acabou por se refletir na gestão do quotidiano da nossa Instituição, desde logo nas áreas de maior relacionamento Institucional com as Entidades públicas, como é a saúde, a segurança social a justiça, a educação e o apoio aos idosos e a deficiência.

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, pretendeu continuar a manter-se fiel ao cumprimento da sua missão e na afirmação das Obras de Misericórdia adaptando-as à luz da moderna doutrina social da Igreja.

O ano de 2016 apresentou-se a esta Instituição como mais um ano em que, demos resposta aos desafios a que nos propusemos e aceitando novos desafios, incorporando atividades assentes em prestação de serviços, através de um conjunto de respostas sociais e solidárias, por forma a dar continuidade à obra social que vimos construindo, sempre numa perspetiva sustentada – económica, social, ambiental e cultural – da nossa atividade.



Vivemos um tempo de reinvenção do estado social e um tempo de necessidade do Estado saber o que pretende das Misericórdias e do setor social, onde a economia social e a economia solidaria representam um peso considerável na criação de emprego e de desenvolvimento regional.

Consciente dos seus deveres da responsabilidade e solidariedade perante a sociedade, demos o nosso contributo para promover a inclusão, a estabilidade, a criação e manutenção de emprego, o desenvolvimento Socioeconómico e a melhoria do bem-estar da população do concelho de Vila Flor.

Penso que o conseguimos fazer, mantendo o esforço de uma equipa coesa e solidaria, mas também na afirmação de uma Instituição que sempre nos soube apoiar e incentivar, desde os nossos colaboradores, funcionários até aos Irmãos e Irmãs, na procura do verdadeiro serviço a prestar ao nosso semelhante.

O Provedor

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Quintino Augusto Pimentel Gonçalves', written over a horizontal line.

(Quintino Augusto Pimentel Gonçalves)



// Missão, Visão, Valores

// Missão

Proporcionar aos seus utentes e à comunidade em geral, serviços estabelecidos com base nos princípios da qualidade, equidade e responsabilidade social, garantindo o desenvolvimento pessoal dos utentes e desenvolvimento profissional dos colaboradores.

// Visão

Assegurar a satisfação das necessidades da comunidade, adequando e diversificando as respostas sociais, de forma contínua, colaborativa e sustentada.

// Valores

Compromisso, Utente/Cliente sempre em 1.º lugar: privilegiar uma relação personalizada, escutar e dar resposta às preocupações e necessidades e oferecer sempre um serviço humanizado, seguindo elevados padrões de comportamento ético, com um sorriso e respeito pelo próximo.

Cultura, trabalho em Equipa, Comunicação e Qualidade: promover o trabalho em equipa, a responsabilidade individual, a iniciativa, a confiança, o nível de serviço e a comunicação, conseguindo assim elevados níveis de participação, de todos, na vida da Instituição.

Paixão, Impulso para a melhoria Contínua: colocar paixão, inovação e criatividade naquilo que fazemos, contribuindo para desenvolver as melhores soluções e serviços, alcançando os melhores resultados, superando as expectativas dos nossos utentes/clientes, colaboradores e parceiros.

Valorização, das pessoas e com as pessoas: apostar no desenvolvimento pessoal e profissional dos nossos utentes/clientes e colaboradores, capitalizando todo o conhecimento criado numa importante fonte de informação e diferenciação para todos.

Performance, Garantir o Futuro: alcançar de uma forma continuada os melhores indicadores com o objetivo de cumprir a nossa missão, garantindo o presente e sustentando o nosso desenvolvimento futuro.

Responsabilidade Social: respeitar o bem-estar e o futuro da comunidade onde estamos inseridos, fomentando um espírito ativo de responsabilidade social.

// Relatório de Atividades

Irmãos(as):

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art.º 32 do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, vem a Mesa Administrativa submeter à aprovação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão referentes ao exercício de 2016, o qual menciona algumas das mais importantes atividades efetuadas na Instituição.

A acompanhar este documento, o competente parecer do Concelho Fiscal.

Assim cumpre-nos registar as seguintes atividades.

// Principais Atividades Realizadas:

| Janeiro

- Comemorações dos Reis – As Crianças do Jardim de Infância Flor de Liz levaram aos Clientes das Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor o Cantar dos Reis.

| Fevereiro

- Desfile de Carnaval das Crianças do Jardim de Infância Flor de Liz.
- Reunião do Secretariado Regional do Distrito de Bragança realizada em Vila Flor – Eleições do Secretariado Regional e homenagem ao Sr. Provedor da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros Sr. Castanheira Pinto. Esteve Presente a Mesa Administrativa.



| Março

- Comemorações do Dia do Pai – Atividades realizadas nas diversas Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- Realização da Assembleia Geral da Irmandade – Relatório e Contas da Gerência 2015 no Auditório da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.



- O Sr. Provedor reuniu com a Diretora Técnica e todos as responsáveis das ERPI'S, a fim de avaliar o funcionamento no 1.º Trimestre.
- Comemoração da chegada da Primavera e do Dia da Arvore – Atividades realizadas nas diversas Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- Participação do Sr. Provedor no Conselho Nacional dos Secretariados da União das Misericórdias Portuguesas.
- Participação na Mostra Terra flor 2016.
- Realização das Solenidades da Semana Santa.



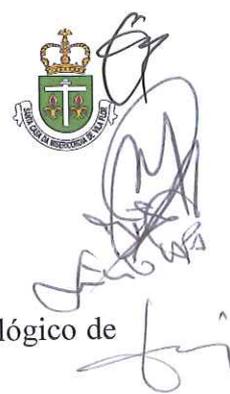
| Abril

- Participação do Sr. Provedor na Assembleia Geral da UMP no Centro João Paulo II em Fátima.
- Realização da Atividade - Atividade Física e Lanche Saudável organizada pelo departamento de Animação.

| Maio

- Comemorações do dia da Mãe – Atividades realizadas nas diversas Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- Realização das cerimónias de encerramento do Mês de Maria.
- Realização da 1.ª Caminhada NÓS a Andar – Organizada pela Misericórdia de Vila Flor.
- Cerimónias de Encerramento do mês de Maria.





| Junho

- Comemoração do Dia Mundial da Criança no Jardim de Infância Flor de Liz.
- Realização do Passeio das Crianças do Jardim de Infância Flor de Liz ao Parque Biológico de Vinhais.
- Comemoração dos Santos Populares das diversas Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- Passeio anual das ERPI'S e Centros de Dia a Santiago de Compostela.
- Realização do Passeio anual da Irmandade | Peregrinação Nacional das Misericórdias a Fátima
- O Sr. Provedor reuniu com a Diretora Técnica e todos os responsáveis das ERPI'S, a fim de avaliar o funcionamento no 2.º Trimestre.



- Participação na I Feira da Economia Social no Fundão – Padaria da Misericórdia.
- Visita Pastoral de D. José Cordeiro as varias Respostas Sociais da Misericórdia de Vila Flor.



| Julho

- Festa de encerramento do ano letivo do Jardim de Infância Flor de Liz.
- Reunião do Secretariado Regional na Misericórdia de Vila Flor – Nova Convenção Coletiva de Trabalho – Esteve Presente a Mesa Administrativa e o Dr. Carlos Andrade e Dr. Cardoso Ferreira da





UMP.

| Agosto

- Torneio de Sueca entre os utentes das diversas Respostas Sociais na ERPI Dona Conceição Cabral.
- Participação na XIII edição da Terra Flor com uma exposição fotográfica das atividades do ano.
- Visita do Sr. Provedor como Presidente do Secretariado Regional a todas as Misericórdias do Distrito de Bragança.



| Setembro

- Abertura do ano letivo 2016/2017 no Jardim de Infância Flor de Liz.
- Realização da reunião com os pais e encarregados de educação das crianças do Jardim de Infância Flor de Liz.
- Participação nas Vindimas por parte dos Idosos e Crianças da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.



| Outubro

- II Semana da Alimentação – ERPI'S e Jardim de Infância.
- Comemoração do Dia Internacional do Idoso e Dia Mundial da 3.ª Idade numa atividade de troca de experiências e histórias entre duas Gerações.
- Realização de um teatro sobre o Halloween “A Bruxa Má” – Jardim de Infância Flor de Liz.
- Comemoração do Outono – Marmelada Geleia e Doce – Jardim de Infância.
- Participação do Sr. Provedor no Conselho Nacional dos Secretariados da União das Misericórdias Portuguesas.





| Novembro

- _ Visita ao Memorial em Honra dos Irmãos Falecidos no Cemitério Municipal.
- _ Magusto – Com Crianças e Idosos das ERPI’S e Centros de Dia.
- _ Participação do Sr. Provedor na Assembleia Geral da UMP no Centro João Paulo II em Fátima.
- _ Realização da Assembleia Geral da Irmandade – Plano de Atividades e Orçamento, no Auditório da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- _ Reunião do Secretariado Regional do Distrito de Bragança, realizada na Misericórdia de Vimioso – Esteve presente a Mesa Administrativa e o Dr. Manuel de Lemos, Dr. Cardoso Ferreira e Dr. Aurelino Ramalho da UMP.
- _ Homenagem às Irmãs Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado pelos 53 anos de obra e serviço prestado à Misericórdia de Vila Flor.
- _ Comemoração do Dia Nacional do Pijama – Jardim de Infância de Liz.



| Dezembro

- _ Visita dos Irmãos as Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- _ Festa de Natal das Crianças do Jardim de Infância Flor de Liz no Auditório do Município.
- _ Ceia de Natal dos Funcionários da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- _ Ceias de Natal das ERPI’S, Centros de Dia e Unidade de Cuidados Continuados.
- _ Distribuição de doces de natal no dia de consoada pelos clientes do Apoio Domiciliário.
- _ Concertos de Natal nas diversas Respostas Sociais.





// Principais Intervenções – Obras/Arranjos e Equipamentos em 2016

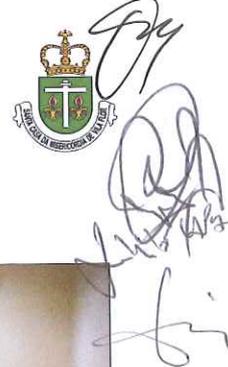
Ao longo de 2016, conseguimos manter a nossa lógica de intervenção familiar nestas Respostas Sociais e simultaneamente melhorar a qualidade de vida dos utentes, pautando a nossa intervenção pelos seguintes princípios:

- Apoio técnico aos residentes e aos seus cuidadores, através de:
 - Intervenção na resolução de conflitos, emergentes diariamente, sempre que solicitado pelas encarregadas e outros profissionais.
 - Contactos com os familiares dos residentes, sempre que necessário, em colaboração com as encarregadas.
 - Apoio inicial aos idosos recentemente admitidos na ERPI, visando a facilitação do processo de adaptação no mesmo, sempre que solicitado.
 - Atendimento presencial e/ou telefónico aos familiares dos idosos residentes.
 - Desenvolvimento de trabalho em parceria com profissionais de saúde, como enfermeiros, médicos, nutricionistas, assistentes sociais, fisioterapeutas, psicólogos e educadores sociais, transmitindo toda a informação colhida ao longo dos turnos e trabalhando em equipa, por forma a traçar planos terapêuticos personalizados e adequados à realidade e estado clínico dos residentes.

- Realização de reuniões periódicas com os funcionários de todas as Respostas Sociais, em ordem ao investimento na procura de melhorias e resolução de problemas, de forma a contribuir sempre com respostas cada vez mais eficientes e adequadas às novas problemáticas da população idosa.

- Implementação do plano de intervenção psicossocial, privilegiando atividades de estimulação cognitiva, exercício físico, relaxamento, expressão artística, culinária, jardinagem, informática, leitura e escrita, jogos e atividades lúdicas.

- Comemoração das datas comemorativas do calendário mediante as atividades previstas no plano de atividades.



| ERPI *Nossa Senhora da Lapa*

- Execução de pequenos arranjos de manutenção e apresentação destinados ao bom funcionamento da ERPI (criação de um gabinete para os técnicos);
- Intervenção nas caldeiras de aquecimento e limpeza dos reservatórios de água;
- Aquisição de mobiliário (equipamento de apoio à enfermagem e aos trabalhos de serviços gerais);
- Colocação de estores em todo o refeitório;
- Instalação de novos acumuladores para águas quentes.



| ERPI *Nossa Senhora dos Remédios*

- Execução de pequenos arranjos de manutenção e apresentação destinados ao bom funcionamento da ERPI.
- Pinturas exteriores de todo o edifício;
- Arranjos nos espaços exteriores do edifício;
- Aquisição de equipamento para a lavandaria e cozinha.
- Ampliação do edifício para a criação de uma garagem e mais 3 quartos;
- Colocação de um portão seccionado de painel duplo verde com automatismo na entrada.



| ERPI *Dona Conceição Cabral*

- Execução de pequenos arranjos de manutenção e apresentação destinados ao bom funcionamento da ERPI;
- Substituição da central telefónica;
- Aquisição de equipamentos de lavandaria.
- Aquisição de uma bomba circuladora para o aquecimento.





| ERPI *Santa Maria Madalena*

- Execução de pequenos arranjos de manutenção e apresentação destinados ao bom funcionamento da ERPI;
- Ampliação e reestruturação das dispensas de apoio à cozinha;
- Aquisição de equipamento para as dispensas (arcas de congelação e frio).



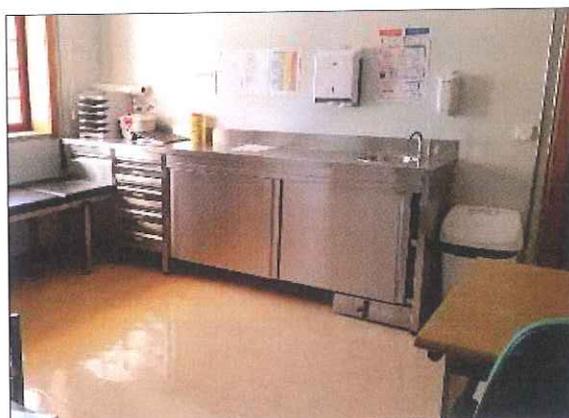
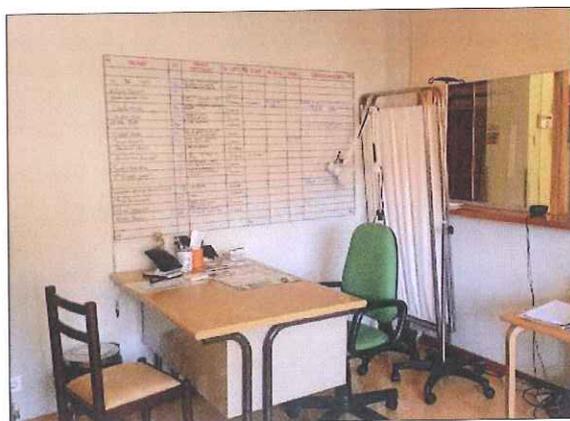
| ERPI *S. Pedro*

- Execução de pequenos arranjos de manutenção e apresentação destinados ao bom funcionamento da ERPI;
- Aquisição de armários para arrumação de roupas;
- Aquisição de uma caldeira de aquecimento.
- Colocação de economizadores de fluxo nas torneiras de todo o edifício.



| ERPI *Santa Barbara*

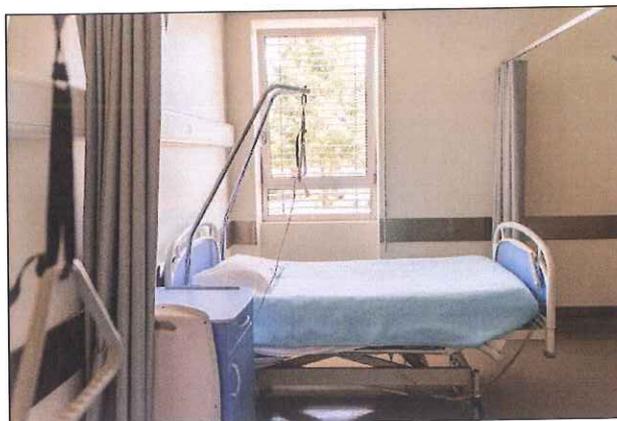
- Execução de pequenos arranjos de manutenção e apresentação destinados ao bom funcionamento da ERPI (criação de um gabinete para os técnicos);
- Aquisição de armários de apoio à farmácia;
- Colocação de economizadores de fluxo nas torneiras de todo o edifício.





| UCC *Unidade Cuidados Continuados*

- Execução de pequenos arranjos de manutenção e apresentação destinados ao bom funcionamento da UCC;
- Manutenção de Gerador e da central de Vaco/Oxigénio;
- Aquisição e remodelação de equipamento informático;
- Aquisição de um chiller inverter DAIKIN.



| Centros Dia

- Execução de pequenos arranjos de manutenção e apresentação e aquisição de pequenos equipamentos destinados ao bom funcionamento de todos os Centros de Dia.



| Apoio Domiciliário

- Nesta resposta social continuamos a promover os princípios da qualidade e da melhoria continua em toda a atividade desenvolvida. Acreditamos que a nossa contribuição para ajudar a melhorar a situação dos que mais precisam é algo que não se pode perder de vista, por isso, a visita dos nossos técnicos é continua ao longo do ano permitindo a proximidade entre técnicos e utentes.
- Nesta resposta continua a verificar-se uma maior procura pelo serviço de alimentação e higiene pessoal.
- Continuamos a ter em atenção a frota de veículos no serviço de apoio domiciliário para o funcionamento mais eficaz desta resposta.
- De realçar que, em 2016 continuou a verificar um acréscimo no numero de sinalizações de casos de relevante gravidade social, consequência da atual conjuntura económica, tendo sido





pontualmente necessária a prestação de serviços que extrapolam os contemplados na legislação em vigor.

| Igreja da Misericórdia

- Execução de pequenos arranjos de manutenção e apresentação destinados ao seu bom funcionamento.



| Serviços Administrativos e Provedoria

- Aquisição de alguns componentes informáticos.
- Execução de pequenos arranjos de manutenção destinados ao bom funcionamento do setor.



| Habitações

- Execução de pequenos arranjos de manutenção e apresentação destinados ao bom funcionamento das habitações (Limpeza de telhados, pinturas).



| Armazém *Produtos Alimentares e Higiene*

- Encontra-se em pleno funcionamento;
- Aquisição de equipamento informático;
- Pequenos arranjos de manutenção.





| Jardim de Infância Flor de Liz

- Pintura Interior;
- Colocação de estores no edifício – 4.ª Fase;
- Continuamos a fazer pequenos investimentos de manutenção de componentes de aquecimento;
- Aquisição de material didático para as diferentes salas.
- Aquisição de equipamento de informática e multimédia para o CATL.



| Padaria

- Encontra-se em pleno funcionamento, com grande dinamismo e receptividade por parte de toda a população;
- Remodelação do equipamento informático;
- Remodelação de algum equipamento de trabalho para o seu melhor funcionamento;



| Farmácia

- Execução de pequenos arranjos de manutenção e apresentação destinados ao bom funcionamento do setor.
- Aquisição de alguns componentes informáticos. (Camaras de vigilância)





| Quinta de S. António

- Neste Setor, continuam a ser desenvolvidas as operações necessárias no olival e na vinha, mediante planificação definida quer na Quinta de Santo António quer nas restantes propriedades da Instituição.

Alem dos gastos inerentes ao seu funcionamento, a

Mesa Administrativa, continua a dar prioridade as intervenções nos espaços envolventes;

- Aquisição de novas alfaias para trator.



| Viaturas

- Gastos inerentes a sua manutenção;
- Decoração de todas as viaturas da Instituição – 2.ª Fase.

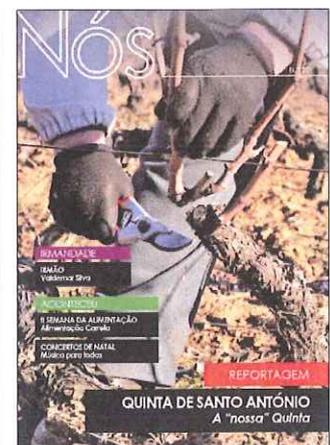
| Centro Interpretativo de Memórias da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor

- Continuamos na recolha de obras para o preenchimento espaço.
- Colocação de indentificadores nas peças já existentes
- A Mesa Administrativa, pretende que este espaço seja um agente de difusão e divulgação da cultura e património do nosso concelho.



| Departamento de Comunicação

- A Santa Casa da Misericórdia apresentou no ano de 2016 uma nova estratégia de comunicação e branding, elevando os respetivos de parâmetros de accountability perante os parceiros locais, regionais e nacionais. Para o efeito, renovou-se o site da instituição e optou-se por uma maior presença nas





redes sociais, através do facebook. Esta estratégia resultou numa maior proximidade à comunidade vila-florense, criando mecanismos de interação até à altura inexistentes. Para além deste aspeto desenvolveram-se as Newsletters periódicas com o objetivo de divulgar – através de uma mailing list – todas as atividades da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor. A par desta nova metodologia a Santa Casa tem desenvolvido a publicação da Revista “Nós”, tendo a revista a versão impressa e a versão online.





// Relatório de Gestão | 2016 – Conclusão

No ano de 2016 o resultado líquido foi negativo de 176.470,26€, devendo-se em parte ao aumento em gastos com o pessoal face ao ano anterior de 224.716,00€, tendo em conta a atualização do salário mínimo nacional.

Assim, a Mesa Administrativa solicita á Assembleia Geral a aprovação deste relatório da Gestão, e agradece a todas as Entidades e colaboradores, nomeadamente á Segurança Social; A.R.S. – Norte; Sub-Região de Saúde de Bragança; Centro de Emprego de Mirandela; Autarquia Local; Paróquia; Serviços de Saúde Locais; Bombeiros; Escuteiros; funcionários; voluntários e á nossa União das Misericórdias.

Queremos deixar aqui um voto de pesar pelos nossos Irmãos já falecidos, e um agradecimento aos Órgãos Sociais da Irmandade, aos Irmãos em geral e a quantos colaboraram na resolução de todos os problemas.

Que a Senhora das Misericórdias nos proteja e ajude.

Vila Flor, 10 de Março de 2017

A Mesa Administrativa



Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes expressos em euros)

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, pessoa coletiva nº 500 746 958, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, apontando-se a sua fundação para o segundo quartel do Séc. XVI tendo em conta um documento datado de 17 de Setembro de 1671. Tem a sede no Largo do Rossio, nº 11 em Vila Flor.

O registo definitivo dos estatutos foi lavrado pela inscrição nº 08/85, a folhas 192 verso e 193, do livro nº1 das Irmandades da Misericórdia e considera-se efetuado em 08 de Abril de 1985, nos termos do nº 2, do artigo 13º, do Regulamento do Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria nº 778/83, de 23 de Julho.

Tem como principal vivacidade o apoio à terceira idade/infância, a fim de assegurar/auxiliar aos seus cerca de 500 utentes através das seguintes Respostas Sociais:

- Lar de Idosos;
- Infantário;
- Creche;
- A.T.L.;
- Centros de Dia;
- Apoio Domiciliário;
- Unidade de Apoio Integrado;
- Cantinas Sociais;
- Unidade de Cuidados Continuados.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.



2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e às entidades do sector não lucrativo.

2.2 - No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições à normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ENSL).

2.3 - A Instituição adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro pela primeira vez em 2012.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro - ENSL.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Instituição espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de Bens	Anos
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 40



As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

3.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no Fundo de Capital. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.4 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de aquisição, taxas associadas aos inventários e as despesas de transporte ou envio dos mesmos. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade em inventários" e "Reversões de ajustamentos em inventários".

3.5 Ativos e passivos financeiros

a) Clientes, Utentes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes, utentes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.



c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

3.6 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no Fundo de Capital, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

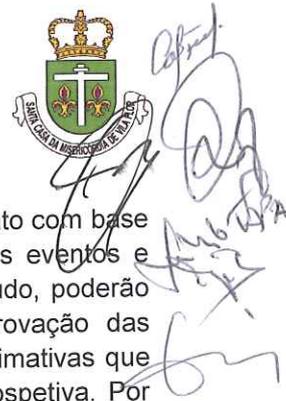
- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

3.8 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.



As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas relacionam-se com a estimativa das vidas úteis de ativos fixos, com a responsabilidade associada a férias e subsídios de férias a pagar em 2016 relativos a 2015 e análise de imparidade de ativos e respetivos ajustamentos.

3.9 Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.10 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÕES DE ERROS

Adoção inicial de novas normas ou de normas revistas

Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas durante o exercício, e não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

Alteração voluntária de políticas contabilísticas

Não houve ajustamentos nas demonstrações financeiras por quaisquer correções de erros materiais de exercícios anteriores.



5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	Início do Período	Aquisições	Alienações	Transf e Abates	Fim do Período
Terrenos e Recursos Naturais	49.686,84	0,00	0,00	0,00	49.686,84
Edifícios e outras Construções	8.893.015,27	0,00	0,00	0,00	8.893.015,27
Equipamento Básico	1.141.164,05	43.309,09	0,00	0,00	1.184.473,14
Equipamento de Transporte	560.454,19	16.000,00	0,00	0,00	576.454,19
Ferramentas e Utensílios	27.721,62	1.500,00	0,00	0,00	29.221,62
Equipamento Administrativo	994.299,85	15.669,32	0,00	0,00	1.009.969,17
Outros Activos Fixos Tangíveis	70.897,39	0,00	0,00	0,00	70.897,39
Imobilizações em Curso	177.959,14	23.194,30	0,00	0,00	201.153,44
Propriedades de Investimento	523.884,61	0,00	0,00	0,00	523.884,61
Totais	12.439.082,96	99.672,71	0,00	0,00	12.538.755,67

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas definidas no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento.



Valor b escriturado	Início do Período	amortização do Período	Outras Alterações	Fim do Período
Terrenos e Recursos Naturais	465,02	465,02	0,00	930,04
Edifícios e outras Construções	3.224.200,96	133.496,89		3.357.697,85
Equipamento Básico	1.049.965,94	36.149,96	0,00	1.086.115,90
Equipamento de Transporte	569.844,01	18.374,29	0,00	588.218,30
Ferramentas e Utensílios	27.466,92	250,00	0,00	27.716,92
Equipamento Administrativo	921.078,65	27.116,75	0,00	948.195,40
Equipamentos Biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	36.362,98	352,77	0,00	36.715,75
Totais	5.829.384,48	216.205,68	0,00	6.045.590,16

Não existem restrições de titularidade, nem ativos fixos tangíveis que tenham sido dados como garantia de passivos.

6 INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, os inventários da Instituição eram detalhados conforme se segue:

	2016			2015		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Mercadorias	101.829,77		101.829,77	102.189,52		102.189,52
MP, subsidiárias e de consumo	65.516,01		65.516,01	66.789,28		66.789,28
	167.345,78	-	167.345,78	168.978,80	-	168.978,80



7 ATIVOS FINANCEIROS

Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros são as apresentadas a seguir:

ATIVOS FINANCEIROS	2016			2015		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades						
Caixa	7.927,55	0,00	7.927,55	3.197,83	0,00	3.197,83
Depósitos À Ordem	362.117,94	0,00	362.117,94	630.689,55	0,00	630.689,55
Outos Dep Bancários	2.350.000,00	0,00	2.350.000,00	2.150.000,00	0,00	2.150.000,00
	2.720.045,49	0,00	2.720.045,49	2.783.887,38	0,00	2.783.887,38
Activos Financeiros ao custo amortizado						
Clientes e Utentes	107.345,78	0,00	107.345,78	74.812,63	0,00	74.812,63
Outras contas a Receber	198.647,52	0,00	198.647,52	195.710,19	0,00	195.710,19
	305.993,30	0,00	305.993,30	270.522,82	0,00	270.522,82
	3.026.038,79	0,00	3.026.038,79	3.054.410,20	0,00	3.054.410,20

A totalidade dos montantes de contas a receber são realizáveis no período de 12 meses, razão pela qual se apresentam no Ativo Corrente.

A Rubrica de "Outras contas a receber" apresenta a seguinte composição:



	2016	2015
Devedores por Ac. Rendimentos	0,00	0,00
Outros Devedores		
ADMG-Assistencia à Doença	0,00	0,00
IASFA-Instituto de Acção Social	6.097,50	2.336,88
Administração de Saúde do estado	25.655,65	25.655,65
Administração Regional de Saúde	32.583,33	29.498,86
Administração Regional Saúde-UCC	119.357,16	113.941,16
Centro Distrital de Bragança-UCC	14.242,80	14.194,33
IGFSSE	0,00	0,00
Fidelidade Seguros	0,00	0,00
Diversos (Farmácia)	711,08	10.083,31
	0,00	0,00
	198.647,52	195.710,19

8 FUNDOS PATRIMONIAIS

Fundos

A Instituição foi criada em 1927 com um fundo inicial que se mantém sem variação até à data.

Aplicação de resultados

De acordo com a ata da Assembleia Geral, o resultado líquido do ano anterior, no montante de 56.797,32€ foi aplicado na totalidade em Resultados Transitados.

Rubrica	Dez-15	Aumentos	Diminuições	Dez-16
Fundos	430.870	0	0	430.870
Reservas	34.725	0	0	34.725
Resultados Transitados	7.422.767	56.797	0	7.479.564
Outras Variações Fundos Patrimoniais	1.493.367	-50.655	-	1.442.712
Piddac	293.329	0	-14.390	278.939
Centro de Cuidados Continuados	775.220	0	-20.952	754.268
Centro de Saúde de Vila Flor	346.858	0	-9.670	337.188
Instituto Emprego e Formação Profissional	16.879	0	-393	16.487
Ifap	61.080	0	-5.250	55.830
Resultado Líquido Exercício	56.797	0	-176.470	-176.470
Total	9.438.526	6142	-176.470	9.211.401



9 SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios recebidos do Governo e reconhecidos na rubrica de Fundos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2016 referem-se, essencialmente, a apoios concedidos associados à Unidade de Cuidados Continuados, Centro de Saúde e Lar, revestindo a forma de Subsídios ao Investimento. A Instituição tem também reconhecidos Subsídios ao Investimento associados a Equipamento adquirido para utilização da Santa Casa.

10 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outros passivos financeiros” apresentavam a seguinte composição:

Fornecedores, conta corrente	103.778,71	62.273,48
	103.778,71	62.273,48
Outros passivos financeiros		
Outras Contas a Pagar	360.666,46	293.469,22
	360.666,46	292.889,15
	464.445,17	355.162,63

O montante de credores por acréscimos de gastos diz respeito a:

	2016	2015
Remunerações a liquidar	360.666,46	293.469,22
	0,00	0,00
Totais	360.666,46	293.469,22

O montante de Remunerações a Liquidar evidenciado acima respeita à estimativa de férias e subsídio de férias a processar em 2015, relativa aos direitos adquiridos referentes a 2014.



11 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 2016 e em 2015 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2016		2015	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas		0,00		0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		9.284,80		9.103,38
Imposto sobre o valor acrescentado		(1.553,25)		2.112,92
Contribuições para a segurança Social		48.700,31		44.790,16
Outros Impostos		223,16		216,58
	0,00	56.655,02		56.223,04

12 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Instituição é detalhado conforme se segue:

	2016	2015
Venda de bens	3.228.426,22	3.070.322,28
Prestações de serviços	1.308.817,23	1.357.484,61
Rendimentos de propriedades de investimento	37.355,64	37.068,42
	4.574.599,09	4.464.875,31

As prestações de serviços referem-se essencialmente a mensalidades recebidas dos utentes.



13 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

O valor reconhecido na rubrica de Subsídios à Exploração nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 tem o seguinte detalhe:

Relação dos subsídios obtidos	Subsídios À Exploração	
	Entidade concedente	Quantias concedidas
1	Centro Regional de Segurança Social	1.256.774,58
2	Câmara Municipal de Vila Flor	12.686,21
3	Instituto do Emprego e Formação Profissional	27.029,43
5	IFAP, I.P.	4.287,25
6	Ifadap	0,00
7	POPH	0,00
9	Outras Entidades	0,00
10	Doações	8.039,76
		1.308.817,23

Os rendimentos aqui registados respeitam, na sua maioria, a transferências recebidas do Instituto de Segurança Social a título de participação nos serviços prestados de acção social.

A rubrica inclui também valores recebidos/a receber relativos a Estágios Profissionais, participados pelo IEFP.



14 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 tem o seguinte detalhe:

	2016	2015
Subcontratos-Exploração de Refeitórios	0,00	0,00
Trabalhos especializados	38.426,99	32.172,95
Publicidade e propaganda	1.334,55	3.908,88
Vigilância e Segurança	0,00	0,00
Honorários	17.551,62	36.589,93
Conservação e Reparação	26.411,11	22.605,48
Outros	9.164,33	20.347,15
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0,00	0,00
Livros e documentação técnica	0,00	1.057,71
Material de escritório	9.805,96	11.517,61
Artigos para oferta	4.122,86	2.782,40
Outros	5.416,47	6.178,74
Electricidade	114.748,14	111.318,68
Combustíveis	216.478,32	210.716,49
Água	13.273,51	11.007,99
Outros	0,00	0,00
Deslocações e estadas	2.270,69	2.880,47
Rendas e alugueres	4.140,00	4.141,33
Comunicação	16.336,10	17.725,07
Seguros	9.933,92	26.964,67
Contencioso e notariado	818,00	24,60
Despesas de representação	0,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	0,00	0,00
Outros serviços	257.962,92	247.661,60
Outros	0,00	0,00
	748.195,49	769.601,75



15 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 2016 e em 2015 é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
Remunerações do Pessoal	2.009.267,02	1.831.768,24
Encargos sobre remunerações	443.296,52	394.457,35
Seguros de ac. Trabalho	35.395,59	41.944,23
Outros	217.033,66	212.106,63
	2.704.992,79	2.480.276,45

A rubrica "Outros" inclui o montante de Subsídio de Alimentação pago aos funcionários (valor de 198.237,68 € em 2016).

O n.º médio de funcionários durante o ano de 2016 foi o que se detalha no quadro seguinte:

Descrição	Nº Funcionários (média 2016)
Serviço de Apoio Domiciliário	12
Centro de Dia	9
Lar de Idosos	109
Jardim de Infância	14
Outras Atividades	61

16 DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 2016 e em 2015 é conforme se segue:

Descrição	2016	2015
Activos fixos tangíveis	216.205,68	241.344,39
Activos intangíveis	0,00	0,00
	216.205,68	241.344,39



17 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 2016 e em 2015 é conforme se segue:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	17.285,00	22.833,08
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	37.355,64	37.068,42
Subsídios	50.654,25	50.654,25
Doações	2.400,00	63.168,38
Outros	17.724,99	66.202,95
	125.419,88	239.927,08

O valor reconhecido na rubrica de Subsídios respeita à imputação dos Subsídios ao Investimento ao período, na proporção das amortizações dos bens subsidiados.

18 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2016	2015
Depósitos em instituições de crédito	34.809,88	42.819,92
Totais	34.809,88	42.819,92



19 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não existem quaisquer acontecimentos após a data de balanço com impacto nas demonstrações financeiras naquela data, nem ao nível da sua apresentação nem de divulgações adicionais.

Vila Flor, 10 de Março de 2017.

O Contabilista Certificado

Carlos Gomes de Sousa Fernandes

A Mesa Administrativa

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Balança em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

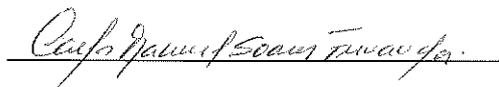
RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variação
		31 Dez 2016	31 Dez 2015	
ATIVO				
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis		5.984.133,15	6.085.813,87	-1,67%
Bens do património histórico e cultural		5.681,13	5.681,13	0,00%
Propriedades de investimento		523.884,61	523.884,61	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	9.809,25	-100,00%
Investimentos financeiros		3.560,71	1.553,39	129,22%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		78,00	360,00	-78,33%
		6.517.337,60	6.627.102,25	-1,66%
Ativo corrente				
Inventários		167.345,78	168.978,80	-0,97%
Clientes		107.296,81	74.812,63	43,42%
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		1.596,39	0,00	0,00%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a receber		198.647,52	195.710,19	1,50%
Diferimentos		21.828,00	0,00	0,00%
Outros ativos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Caixa e depósitos bancários		2.720.045,49	2.783.887,39	-2,29%
		3.216.759,99	3.223.389,01	-0,21%
Total do Ativo		9.734.097,59	9.850.491,26	-1,18%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Fundos		430.870,22	430.870,22	0,00%
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00%
Reservas		34.724,83	34.724,83	0,00%
Resultados transitados		7.479.563,86	7.422.766,54	0,77%
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais		1.442.712,36	1.493.366,61	-3,39%
Resultado líquido do período		-176.470,26	56.797,32	-410,70%
Total do fundo de capital		9.211.401,01	9.438.525,52	-2,41%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar		0,00	0,00	0,00%
		0,00	0,00	0,00%

Balço

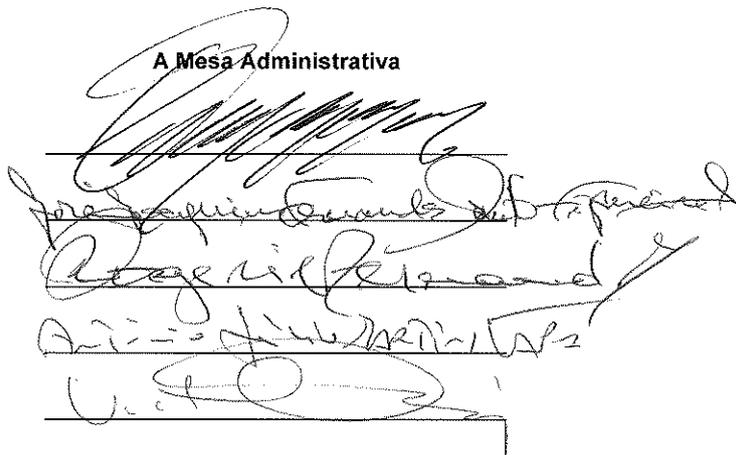
RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		31 Dez 2016	31 Dez 2015	Variância
Passivo corrente				
Fornecedores		103.778,71	62.273,48	66,65%
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		58.251,41	56.223,04	3,61%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Diferimentos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar		360.666,46	293.469,22	22,90%
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	0,00%
		522.696,58	411.965,74	26,88%
Total do Passivo		522.696,58	411.965,74	26,88%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		9.734.097,59	9.850.491,26	-1,18%

(1) - Euro

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

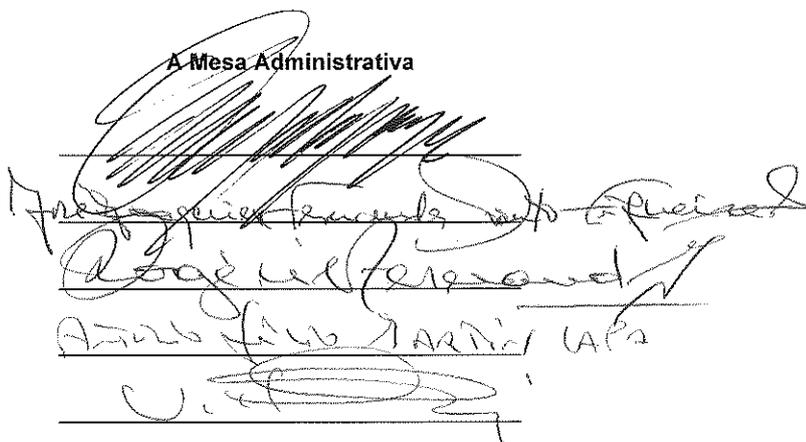
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		2016	2015	Variância
Vendas e serviços prestados		3.228.053,88	3.070.322,28	5,14%
Subsídios, doações e legados à exploração		1.308.817,23	1.357.484,61	-3,59%
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1.193.701,92	-1.141.393,66	-4,58%
Fornecimentos e serviços externos		-748.195,49	-769.601,75	2,78%
Gastos com o pessoal		-2.704.992,79	-2.480.276,45	-9,06%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos		127.444,50	239.927,08	-46,88%
Outros gastos e perdas		-12.499,87	-19.987,93	37,46%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4.925,54	256.474,18	-98,08%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-216.205,68	-241.344,39	10,42%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-211.280,14	15.129,79	-1.496,45
Juros e rendimentos similares obtidos		34.809,88	42.819,92	-18,71%
Juros e gastos similares suportados		0,00	-1.152,39	100,00%
Resultados antes de impostos		-176.470,26	56.797,32	-410,70%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		-176.470,26	56.797,32	-410,70%

(1) - Euro

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios no período 2016

Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe

UNIDADE MONETÁRIA: Euros

Descrição	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016		430.870,22	0,00	34.724,83	7.422.766,54	0,00	1.483.366,61	56.797,32	9.438.525,52
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação do Resultado Líquido		0,00	0,00	0,00	56.797,32	0,00	-50.654,25	-56.797,32	-50.654,25
		0,00	0,00	0,00	56.797,32	0,00	-50.654,25	-56.797,32	-50.654,25
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-176.470,26	-176.470,26
RESULTADO EXTENSIVO								-233.267,58	-227.124,51
OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES NO PERÍODO									
Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016		430.870,22	0,00	34.724,83	7.479.563,86	0,00	1.442.712,36	-176.470,26	9.211.401,01

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios no período 2015

UNIDADE MONETÁRIA: Euros

Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe

Descrição	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015		430.870,22	0,00	34.724,83	7.426.142,25	0,00	1.516.990,58	508,93	9.409.236,81
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	-3.684,64	0,00	-23.623,97	0,00	-27.508,61
Aplicação do Resultado Líquido		0,00	0,00	0,00	508,93	0,00	0,00	-508,93	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-23.623,97	-508,93	-27.508,61
RESULTADO EXTENSIVO									
OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES NO PERÍODO									
Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO ANO 2015		430.870,22	0,00	34.724,83	7.422.766,54	0,00	1.493.366,61	56.797,32	9.438.525,52

Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variação
		2016	2015	
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto				
Recebimentos de clientes e utentes		3.195.569,70	3.054.710,72	-4,61%
Pagamentos de subsídios		0	0	0,00%
Pagamentos de apoios		0	0	0,00%
Pagamentos de bolsas		0	0	0,00%
Pagamentos a fornecedores		1.910.595,73	1.879.661,67	-1,65%
Pagamentos ao pessoal		1.937.286,32	1.827.354,14	-6,02%
Caixa gerada pelas operações		-652.312,35	-652.305,09	0,00%
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0	0	0,00%
Outros recebimentos/pagamentos		658.094,28	807.478,92	17,29%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		5.781,93	155.173,83	96,27%
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		104.715,71	165.845,34	36,86%
Ativos intangíveis		0	0	0,00%
Investimentos financeiros		-282,00	-54,00	-422,22%
Outros ativos		0	0	0,00%
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		0	0	0,00%
Ativos intangíveis		0	0	0,00%
Investimentos financeiros		0	0	0,00%
Outros ativos		0	0	0,00%
Subsídios ao investimento		0	27.030,28	0,00%
Juros e rendimentos similares		34.809,88	42.819,92	18,71%
Dividendos		0	0	0,00%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-69.623,83	-95.941,14	27,43%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		0	0	0,00%
Realização de fundos		0	0	0,00%
Cobertura de prejuízos		0	0	0,00%
Doações		0	0	0,00%
Outras operações de financiamento		0	0	0,00%
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		0	0	0,00%
Juros e gastos similares		0	1.152,39	100,00%
Dividendos		0	0	0,00%
Redução de fundos		0	0	0,00%
Redução de fundos		0	0	0,00%
Outras operações de financiamento		0	0	0,00%

Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)	0	-1.152,39	0,00%
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-63.841,90	58.080,30	209,92%
Efeito das diferenças de câmbio	0	0	0,00%
Caixa e seus equivalentes no início de período	2.783.887,39	2.725.807,09	-2,13%
Caixa e seus equivalentes no fim de período	2.720.045,49	2.783.887,39	2,29%

(1) - Euro

TSR - Sistemas de Informação, Lda.

1/1

sexta-feira, 10 de março de 2017

Licenciado a SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR

O Contabilista Certificado

Carlos Manuel Soares Fernandes

A Mesa Administrativa

[Handwritten Signature]
[Handwritten Signature]
[Handwritten Signature]
[Handwritten Signature]
[Handwritten Signature]



PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS **DE 2016**

Nos termos do disposto na alínea c) do artigo 31º do Estatuto da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, vem o Conselho Fiscal emitir o seu parecer sobre o Relatório de Atividades e as Contas referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

1 - Contas do Exercício de 2016

No desempenho das funções que lhe competem, o Conselho Fiscal procedeu à análise das Demonstrações financeiras que lhe foram apresentadas referente ao exercício de 2016, designadamente, o Balancete Geral, a Demonstração dos Resultados por Funções o Balanço e a Demonstração de Resultados por Natureza.

Da análise a que procedeu, o Conselho Fiscal concluiu:

- O Resultado líquido do exercício, que foi negativo de 176.470,26 €, apesar das vendas terem aumentado cerca de 5% (157.732,00 €), houve uma diminuição de subsídios em 4% (recebemos menos 48.667,00 €), o que origina um aumento na receita face ao ano anterior de 2%.

Em relação à despesa aumentou o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas em 5% (52.308,00 €).

Houve um aumento em gastos com o pessoal face ao ano anterior de 224.716,00 €, cerca de 9% de aumento.

A análise das contas do exercício por parte do Conselho Fiscal, incidiu especialmente na verificação da conformidade entre os valores dos documentos de apresentação de contas e os dos registos contabilísticos que lhes servem de suporte. A análise efetuada permite-nos concluir que as contas apresentadas estão em obediência com as disposições legais que lhe são aplicáveis e traduzem a verdadeira situação económica e financeira da Instituição à data de 31 de Dezembro de 2016.



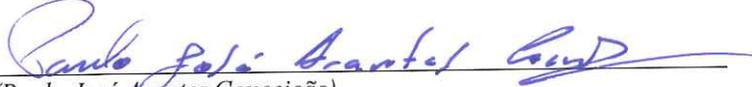
2 - Parecer

Em face do que ficou descrito nos pontos anteriores o Conselho Fiscal é de Parecer:

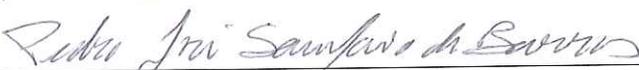
- Que a Assembleia Geral dê a sua aprovação ao Relatório de Atividades e às Contas do Exercício de 2016.

Vila Flor, 10 de Março de 2017

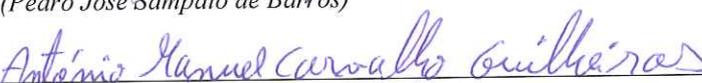
O Conselho Fiscal



(Paulo José Arantes Conceição)



(Pedro José Sampaio de Barros)



(António Manuel Carvalho Guilherme)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 9.734.098 euros e um total de fundos patrimoniais de 9.211.401,01 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 176.470,26 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O Órgão de Gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados-SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1-4ºPiso, Letras H e O | 1050-094 Lisboa, Portugal | Contribuinte n.º504 046 683 | Capital Social €50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º152 e na CMVM sob o n.º20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

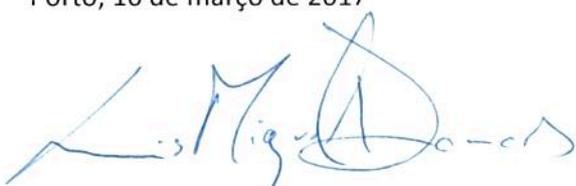
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 16 de março de 2017



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
Luís Miguel Damas (ROC n.º 1326 / CMVM n.º 20160936)



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR

Largo do Rossio, n.º 11 * 5360-323 Vila Flor * Telefone: 278 518 070 * Fax: 278 518 078
CAE 85313 * NIF: 500 746 958 * URL: www.misericordiavilafior.com * E-mail: scm-vila.flor@mail.telepac.pt

ACTAS DA ASSEMBLEIA GERAL

ACTA N.º 120

REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR, CELEBRADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2017. -----

Aos trinta dias do mês de Março de dois mil e dezassete, no Auditório do Lar de Nossa Senhora dos Remédios, reuniu em Assembleia Geral Ordinária, a Assembleia Geral, sob a Presidência do Senhor Victor Manuel da Silva Costa, secretariada respetivamente por Paulo José Gomes Monteiro Praça e Antero Luís Costa Teixeira, em substituição de Alexandre José Evaristo Trigo ausente por motivos pessoais devidamente justificados. -----

ENEXISTÊNCIA DE QUÓRUM (PRESENÇA DA MAIORIA DE IRMÃOS) -----

Foi à hora marcada, ou seja às dezanove horas e trinta minutos, que o Senhor Presidente da Assembleia Geral declarou aberta a reunião, tendo informado que iria esperar mais meia hora para dar início aos trabalhos, na medida em que não estava presente a maioria dos Irmãos e, como tal estatutariamente e nos termos da convocatória, ter-se-ia de aguardar por mais meia hora para dar início aos trabalhos. -----

INICIO DOS TRABALHOS -----

Decorrido o espaço temporal mencionado e com a presença de cinquenta e nove irmãos, foi às vinte horas que o Senhor Presidente da Assembleia Geral declarou aberta a reunião, para análise e debate da ordem de trabalhos, que a seguir se transcreve: -----

PRIMEIRO: APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DA GERÊNCIA DE DOIS MIL E DEZASSEIS; -----

SEGUNDO: SEMANA SANTA; -----

TERCEIRO: OUTROS ASSUNTOS JULGADOS DE INTERESSE PELA ASSEMBLEIA. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Geral, iniciou com as orações habituais, pelos Irmãos falecidos e cumprimentou a Irmandade. -----

De seguida foram tratados os assuntos a seguir mencionados e tomadas as seguintes deliberações: -----

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DA GERÊNCIA DE DOIS MIL E DEZASSEIS – O

Senhor Presidente da Assembleia Geral, leu a convocatória e, de seguida passou a palavra ao Senhor Provedor, para que este de uma forma muito sucinta, desse uma explicação aos Irmãos, dos documentos em discussão, até porque todos já tinham recebido um processo de contas para que atempadamente as pudessem analisar. -----

O senhor Provedor começou por relatar o conteúdo do Relatório de Atividades. -----

Fez a comparação entre os valores que estavam previstos em termos de receitas e despesas, e aqueles que se concretizaram, e disse que, embora o resultado líquido do exercício em

cento e setenta e seis mil quatrocentos e setenta euros e vinte e seis cêntimos, seja negativo, verifica-se que o mesmo é fortemente influenciado pelas amortizações e o aumento do salário mínimo nacional. -----

Retomando a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Geral disse que a Misericórdia de Vila Flor talvez fosse das únicas a nível de Distrito a praticar os valores das mensalidades mais baixos, até porque assume todas as despesas inerentes aos gastos dos medicamentos e fraldas, talvez uma das razões que também contribuiu para que o resultado fosse negativo. -

O Senhor Presidente da Assembleia Geral, deu a palavra à Assembleia, tendo intervido o Irmão Rui Pedro para questionar a Mesa Administrativa se estava previsto o aumento de alguma taxa nas mensalidades; O Senhor Provedor respondeu dizendo que a Mesa Administrativa está a ponderar esse aumento, até porque a Lei permite uma atualização de cinco por cento, anualmente, uma vez que essa atualização nunca foi feita; questionou ainda os projetos previstos se iriam manter, foi-lhe respondido que sim. -----

Interveio também o Irmão Senhor Padre Delfim Gomes, para questionar a Mesa Administrativa sobre os valores dos quadros quinze, dezassete e dezoito, do anexo às demonstrações financeiras, tendo respondido o Senhor Provedor que as receitas arrecadadas diferem de um ano para o outro; questionou ainda se houve negociações com as agencias bancárias relativamente à remuneração dos depósitos bancários (prazo), tendo o Senhor Provedor esclarecido que sim. -----

Foi dada também uma explicação pelo Contabilista destas diferenças, dizendo que há sempre variações de rendimentos e de custos cujos os valores residem sempre em áreas consideradas não fixas, que se relacionam com gastos com o pessoal, juros bancários e alienação de património. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Geral reafirmou que os maiores custos tem haver com o pessoal, nomeadamente na atualização do salário mínimo nacional, implicando também com os encargos da segurança social e seguros, disse que se devia pensar em arranjar forma de atenuar estes encargos, referiu ainda que os Centros de Dia também contribuíram para o resultado negativo. -----

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Geral pediu ao Conselho Fiscal que lesse o seu Parecer, **o qual foi favorável**, foram postos estes documentos à votação os quais foram aprovados por **unanimidade**. -----

SEMANA SANTA - O Senhor Presidente da Assembleia Geral apelou aos Irmãos para participarem em todas as cerimónias ao longo da Semana Santa, este apelo foi reforçado pelo Irmão Senhor Padre Delfim Gomes, o Provedor informou a Assembleia que todos os Irmãos iriam receber os desdobráveis com o programa da Semana Santa. -----

OUTROS ASSUNTOS JULGADOS DE INTERESSE PELA ASSEMBLEIA – o Senhor Presidente da Assembleia Geral, leu uma proposta apresentada pela Mesa Administrativa que a seguir se transcreve:

Proposta:

A Mesa Administra da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor vem solicitar a V.^a Ex.^a que seja proposto à Assembleia o seguinte:

- Pedido de autorização, para proceder á escritura pública de justificação e posse, bem como respetivo registo e venda do prédio rústico na matriz da freguesia de Vilas Boas, sob o art.º 2799;



SANTA CASA DA MISERICORDIA DE VILA FLOR

Largo do Rossio, n.º 11 * 5360-323 Vila Flor * Telefone: 278 518 070 * Fax: 278 518 078
CAE 85313 * NIF: 500 746 958 * URL: www.misericordiavilafior.com * E-mail: scm-vila.flor@mail.telepac.pt

ACTAS DA ASSEMBLEIA GERAL

- Pedido de autorização para proceder à escritura publica de venda de $\frac{3}{4}$ do prédio rústico na matriz da freguesia de Vilas Boas sob o art.º 3023.

Vila Flor, trinta de Março de dois mil e dezassete

Posta à votação foi esta aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Geral, perguntou à Assembleia se algum Irmão pretendia intervir. -----

Interveio o Irmão Rui Pedro para perguntar quais os critérios que a Mesa Administrativa usava para a admissão de Irmãos, o Senhor Provedor respondeu que se cumpre o que está determinado no artigo quinto e sexto dos Estatutos e, que não tinham mais nada a dizer. ----

O mesmo Irmão questionou ainda o facto de ter apresentado uma proposta para admissão de um Irmão e que a mesma foi rejeitada, dado que esta pessoa reunia as condições exigidas pelos Estatutos, sugeriu que a Mesa deve elaborar um novo modelo de fichas de admissão de Irmãos, onde os Irmãos que propõem devem ter alguma responsabilidade, existindo um campo na mesma ficha onde indiquem os motivos que justifiquem a sua admissão. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Geral leu o número seis do artigo sexto dos Estatutos, que diz “da rejeição da proposta de admissão, cabe recurso para a Assembleia Geral a interpor conjuntamente pelos proponentes no prazo de trinta dias seguidos a contar da notificação” assim sendo não há nada a fazer. -----

O Irmão Senhor Padre Delfim Gomes interveio para referir o número seis do artigo sexto, foi feito por juristas, e que era a coluna dorsal dos Estatutos e que a Assembleia Geral é soberana para decidir a aprovação do Irmão ou não através de votação, evocou também o conteúdo do artigo quadragésimo dos Estatutos sobre dúvidas e omissões. -----

O Mesário Vítor Sil, interveio para dizer que os Estatutos foram aprovados em Assembleia Geral, e que em relação ao artigo quadragésimo a Mesa não tem dúvidas, não omitiu, agiu de acordo com os Estatutos. -----

O Irmão Francisco Fernandes, disse que os Irmãos proponentes é que devem olhar ao Irmão que vão propor. -----

O Irmão Paulo Praça interveio para dizer que a Assembleia de facto tem poderes para votar a entrada ou não de Irmãos. -----

A Irmã Teresa Silva voltou mais uma vez a questionar a Mesa Administrativa sobre os horários de visitas, porque razão os horários de visitas nos lares são diferentes. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Geral passou a palavra ao Provedor, e este disse que se devia ao facto das higenes ocuparem mais tempo num Lar com quarenta utentes do que outro com vinte ou vinte e dois. -----

O Irmão Senhor Padre Delfim Gomes disse que o assunto relacionado com a admissão de mais pessoal para assegurarem o serviço noturno, já foi discutido várias vezes nesta Assembleia pela Irmã Teresa Silva, e que a Mesa Administrativa ficou de apresentar um relatório com um estudo dos custos que essas admissões de pessoal viriam a trazer. -----

O Provedor disse que ainda não trouxe esse estudo, mas que as contas eram fáceis de fazer, isto exigia a admissão de oito funcionários. -----

O Senhor Padre Delfim Gomes disse que estas coisas não se podem esconder e que era uma falta de respeito a Mesa Administrativa ainda não tenha trazido este estudo á Assembleia –

Questionou ainda sobre o projeto para a Quinta de Santo António, pois tinha lido um artigo no Mensageiro de Bragança, sobre uma unidade para demências, cujo o estudo estaria a ser feito pelo arquiteto Carvalho Araújo. -----

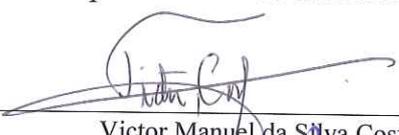
O Senhor Provedor explicou que ainda não havia nenhum projeto mas sim a recolha de uma opinião para a localização desse edifício que foi disponibilizada a titulo gratuito pelo referido arquiteto. -----

O Irmão Senhor Padre Delfim disse que a Misericórdia devia ter alguma ponderação na concretização deste tipo de projetos. -----

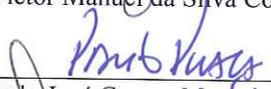
O Senhor Provedor concordou plenamente com as palavras do Irmão Senhor Padre Delfim.

O senhor Presidente da Assembleia Geral disse que os hospitais com doentes de alzheimer, tem que ser Hospitais com médicos, enfermeiros especializados, tem que se pensar muito bem, neste tipo de investimentos na área da Saúde. -----

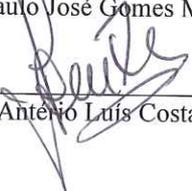
Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Assembleia Geral convidou os Irmãos a fazer uma oração final, finda a qual se encerrou esta reunião, da qual se lavrou esta ata, cujo conteúdo é lido e vai ser assinado pelos membros da Mesa presentes. -----



Victor Manuel da Silva Costa



Paulo José Gomes Monteiro Praça



António Luís Costa Teixeira